Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

13/03/2014

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. AÇÕES TJMA..... 1
   1.2. DECISÕES..... 2 - 3
2. JORNAL ATOS E FATOS
   2.1. AÇÕES TJMA..... 4
   2.2. DECISÕES..... 5
   2.3. PUBLICIDADE LEGAL..... 6 - 8
   2.4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS 9
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   3.1. AÇÕES TJMA..... 10
   3.2. MUTIRÃO CARCERÁRIO..... 11 - 13
   3.3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE..... 14
   3.4. VARA DA MULHER..... 15 - 17
4. JORNAL O DEBATE
   4.1. AÇÕES TJMA..... 18 - 19
   4.2. VARA DA MULHER..... 20
5. JORNAL O IMPARCIAL
   5.1. CNJ..... 21
   5.2. DECISÕES..... 22 - 23
   5.3. DESEMBARGADORES..... 24 - 25
6. JORNAL O PROGRESSO
   6.1. PUBLICIDADE LEGAL..... 26 - 28
7. JORNAL O QUARTO PODER
   7.1. AÇÕES TJMA..... 29
   7.2. MUTIRÃO CARCERÁRIO..... 30
8. JORNAL PEQUENO
   8.1. AÇÕES..... 31
   8.2. AÇÕES TJMA..... 32 - 35
   8.3. MUTIRÃO CARCERÁRIO..... 36
   8.4. ORÇAMENTO..... 37 - 38
   8.5. VARA DA MULHER..... 39

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

DÉBITOS DE IPTU SÃO NEGOCIADOS NOS CENTROS DE CONCILIAÇÃO DO TJMA

O Centro de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão, localizado no Fórum de São Luís (Calhau), realizou nesta semana a primeira audiência de conciliação para pagamento de débito de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). A iniciativa, segundo o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, é uma forma de acelerar a resolução de questões que poderiam gerar mais ações judiciais.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA APROVA VOTO DE PESAR PELA MORTE DO DESEMBARGADOR LEOMAR AMORIM

A proposta foi apresentada pela presidente do TJMA, Cleonice Freire

Pág. 2

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA aprova voto de pesar pela morte do desembargador Leomar Amorim

Na retomada das sessões do Órgão Especial nesta quarta-feira (12), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou "voto de pesar" à família do desembargador federal Leomar Barros Amorim, que faleceu no dia 5 de março.

A proposta foi apresentada pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, na abertura da sessão jurisdicional desta quarta-feira (12) e aprovada por unanimidade pelos desembargadores presentes.

Em breve pronunciamento, a presidente do TJMA enalteceu a trajetória profissional do magistrado, que chegou a exercer mandato junto ao Conselho Nacional de Justiça, entre 2009 e 2011.

"Ele deixou uma bela história no Poder Judiciário brasileiro e contribuiu para elevar o nome do Estado do Maranhão", disse a desembargadora.

A presidente comunicou aos presentes a sua recuperação após licença por motivo de saúde e agradeceu à vice-presidente, desembargadora Anildes Chaves, pelo exercício da presidência nesse período.

Cleonice Freire estendeu os agradecimentos aos magistrados e também aos servidores, considerados "o sustentáculo das ações do Poder Judiciário".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Débitos de IPTU são negociados nos Centros de Conciliação do TJMA

O Centro de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão, localizado no Fórum de São Luís (Calhau), realizou nesta semana a primeira audiência de conciliação para pagamento de débito de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

A iniciativa, segundo o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, é uma forma de acelerar a resolução de questões que poderiam gerar mais ações judiciais.

"O Município de São Luís propôs essa parceria com os centros levando em conta que tramitam atualmente nas três varas da Fazenda Pública exclusivas de execução fiscal cerca de 20 mil processos referentes ao município, sendo que aproximadamente 80% desse total são relativos a IPTU", justifica o coordenador.

Para o procurador fiscal Fernando Rocha Santos, que participou da audiência, a iniciativa é muito importante, pois o acordo tanto diminui as demandas da Procuradoria quanto do Judiciário.

"A cultura de pacificação traduz os objetivos do centro judiciário de solução de conflitos, que é solucionar promover a conciliação entre as partes", frisou o conciliador José Alexandrino Saraiva Filho.

AUDIÊNCIA - O vigilante Maurício Fonseca dos Santos foi o primeiro a negociar a sua dívida de IPTU, nesta segunda-feira (10). Ele disse ter ido à Procuradoria do Município para fazer o pagamento do débito de IPTU, que totalizava R$ 1.397,00.

"No local, fui informado sobre a possibilidade de acordo junto a um centro de conciliação. Em outubro do ano passado, procurei o centro, que convocou o município para esta audiência, e hoje nós saímos daqui satisfeitos", relatou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Preso traficante que agia no BF

Dando cumprimento a um mandado de prisão preventiva expedido pelo juiz Gilberto de Moura Lima, titular da 2ª do Tribunal do Júri da Comarca de São Luís, os investigadores da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), efetuaram, na manhã de ontem (12), por volta das 8h, a prisão de Márcio de Jesus Mendes, 35 anos, conhecido como "Marcio Patrão". Ele é acusado de envolvimento com o tráfico de drogas no bairro de Fátima.

O delegado Augusto Barros, superintendente da Seic, informou que Marcio Patrão cumpria prisão domiciliar desde janeiro. A sentença foi determinada após ele ser preso no bairro de Fátima, durante abordagem policial, dia 23 de janeiro.

Naquele dia, durante revista policial no veículo Toyota Hilux, de cor preta, os ocupantes do carro em que Marcio Patrão estava dispararam contra as equipes da Polícia Civil. Na ação, Liliane Silva Villas Boas, 26 anos, mulher de Marcio Patrão foi atingida e morreu no hospital. No veículo estava ainda Ernildo Soares da Silva, 25.

O delegado Augusto Barros foi enfático ao confirmar que durante a sua prisão em janeiro, Marcio Patrão portava uma pistola ponto 40, municiada, dentro do veículo conduzido por ele.

O delegado ressaltou, ainda, que a Seic identificou e prendeu parte da quadrilha integrada pelo suspeito. O titular da Seic fazia referência às prisões de Jairo Abel Gonzales, preso no dia 5 de fevereiro, também em cumprimento a um mandado de prisão expedido pela Justiça do Rio Grande do Norte; de Ednaldo Martins Mota, conhecido como "Zé das Medalhas", natural de Anajatuba, preso no dia 6 de fevereiro deste ano. Contra ele existia um mandado de prisão expedido pelo Estado do Pará, no qual ele era apontado como autor de um homicídio.

Além deles, segundo a polícia, faz parte ainda do grupo de Marcio Patrão, Ernildo Soares da Silva, este também está preso. Ele foi capturado na última terça-feira (11) por equipes da Polícia Interestadual (Polinter).

"Ainda existem outros envolvidos nesta quadrilha que estão sendo investigados. Já sabemos que a droga que era espalhada pela quadrilha é oriunda da Bolívia e faz conexão no Amazonas e chega aqui no nosso estado. Com essas informações vamos continuar trabalhando para prender todos os envolvidos", explicou o delegado Augusto Barros.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
5ª VARA CIVEL DA COMARCA DE SAO LUIS-MA.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 22883-70.2009.8.10.0001
DENOMINAÇÃO:Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa | Monitória
DATA DO AJUIZAMENTO: 04/08/2009 11:36:13
PARTE(S) REQUERENTE(S): CEUMA - ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR
PARTE(S) REQUERIDA(S): CRISTIANO NEVES TROVAO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Alice de Sousa Rocha, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Civel da Comarca de Sao Luis , Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) **CITADO** a(s) parte(s) requerida(s), **CRISTIANO NEVES TROVAO,** atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a quantia de R$ 1.339,95 (hum mil, trezentos e trinta e nove reais e noventa e cinco centavos), devidamente corrigidos até a data do efetivo pagamento, ou no mesmo prazo, oferecer Embargos. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito.Cite-se a parte demandada por edital, conforme postulado à fl. 58, observando a Secretaria as exigências contidas no art. 232, itens II e III do CPC. Prazo: 30 (trinta) dias. Intime-se a parte autora para providenciar as publicações que lhe são atinentes, bem como depositar os valores necessários a presente citação. Cumpra-se. São Luís (MA), 15 de agosto de 2013. Drª ALICE DE SOUSA ROCHA, Juíza de Direito Titular da 5ª Vara Cível da Capital.

O que se **CUMPRA** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de Sao Luis,Estado do Maranhão, aos 25 de fevereiro de 2014.

ALICE DE SOUSA ROCHA
Juíza de Direito Titular da 5ª Vara Cível

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SÃO LUÍS
JUÍZO DA 11ª VARA CÍVEL
FÓRUM DES. SARNEY COSTA, AV. CARLOS CUNHA, S/N.º, CALHAU

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo do Edital: 20 (vinte) Dias

Expediente nº 2857216
Reg. Distribuição : 32269-85.2013.8.10.0001 (352112013)
Denominação : Procedimento Ordinário
Requerente (s) : CEUMA - ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR
Requerido (s) : FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA DANTAS
Citando (a) : FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA DANTAS, com endereço incerto e não sabido.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR RAIMUNDO FERREIRA NETO, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 11ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, ESTADO DO MARANHÃO NA FORMA DA LEI ETC...

FINALIDADE: Intime-se a parte **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA DANTAS**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 094.426.343-72, para comparecer à Audiência de Conciliação, designada para o dia **02/04/2014 às 09:30**, na sala de audiência do Juízo da 11ª Vara Cível, no Fórum Local. Cite-se ainda a parte demandada, advertindo-a de que deixando injustificadamente de comparecer à audiência, repurtar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, conforme art. 319, do CPC, salvo se o contrário resultar das provas constantes dos autos. Observe-se, outrossim, caso a conciliação não seja alcançada, a resposta, oral ou escrita, deverá ser apresentada na mesma audiência, com as exigências do art. 278, do mencionado diploma legal. E para que chegue ao conhecimento de todos e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

Dado e passado o presente edital, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e fixado na sede deste Juízo, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 19(dezenove) de fevereiro de 2014. Eu, _____ Maria da Glória Costa Pacheco, Secretária Judicial Substituta, o fiz digitar e subscrevi.

Raimundo Ferreira Neto
Juiz de Direito – Titular da 11ª Vara Cível

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
5ª VARA CIVEL DA COMARCA DE SAO LUIS-MA.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 13979-56.2012.8.10.0001
DENOMINAÇÃO:Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa | Monitória
DATA DO AJUIZAMENTO: 11/04/2012 10:27:06
PARTE(S) REQUERENTE(S): CEUMA - ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR
PARTE(S) REQUERIDA(S): CONCEIÇÃO DE MARIA DE SOUSA SILVA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Alice de Sousa Rocha, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Sao Luis , Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) **CITADO** a(s) parte(s) requerida(s), **CONCEIÇÃO DE MARIA DE SOUSA SILVA**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 6.825,89(seis mil, oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e nove centavos), devidamente atualizado monetariamente, caso em que estará isenta das custas processuais e dos honorários advocatícios, ou, no mesmo prazo, ofertar embargos. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito.Cite-se a parte demandada por edital, conforme postulado à fl. 31, observando a Secretaria as exigências contidas no art. 232, itens II e III do CPC. Prazo: 30 (trinta) dias. Intime-se a parte autora para providenciar as publicações que lhe são atinentes, bem como depositar os valores necessários a presente citação. Cumpra-se. São Luís (MA), 14 de agosto de 2013. Drª ALICE DE SOUSA ROCHA, Juíza de Direito Titular da 5ª Vara Cível da Capital.

O que se **CUMPRA** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, aos vinte e quatro dias do mes de fevereiro de dois mil e quatorze.

ALICE DE SOUSA ROCHA
Juíza de Direito Titular da 5ª Vara Cível

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Câmara Municipal de SL discute políticas públicas para mulheres

Na manhã de ontem, 12 de março, foi debatido na Câmara dos Vereadores de São Luís o Painel: "O Papel do Parlamento na Construção de uma Política para Mulheres", de autoria do vereador Ricardo Diniz (PHS).

A proposta do painel surgiu com o intuito de homenagear a mulher e promover uma discussão acerca dos possíveis avanços no padrão de vida das mulheres de São Luís, colocando-as na pauta das discussões políticas.

O painel foi presidida pela Vereadora Rose Sales, em homenagem às mulheres, juntamente com vereadores José Joaquim, Ricardo Diniz e das representantes da Instituições convidadas, entre elas: Secretaria de Estado da Mulher, Conselho Municipal da Condição Feminina e representante da Prefeitura de São Luís.

Após a formação da mesa, o autor da proposta, o vereador Ricardo Diniz, fez a abertura do Painel com um discurso destacando a importância de momentos como esses, em que a mulher tem espaço para ser ouvida no contexto do Brasil, que mesmo com os avanços continua sendo de desigualdades entre homens e mulher. "Ao mesmo tempo em que o governo estabelece novas metas de superação da pobreza e das persistentes desigualdades de gênero, raça e etnia, as mulheres continuam a carregar os fardos da pobreza, da desigualdade e da violência," finalizou enfatizando a importância do Painel.

Já a Secretária Adjunta de Estado da Mulher, Crisalis Fonseca, destacou o sofrimento das mulheres, principalmente no que diz respeito a violência doméstica e abuso sexual, lembrando que o Maranhão está em 4º lugar em denúncia pelo disque 180. "O papel do parlamento na construção de políticas públicas para mulheres nunca foi tão importante quando hoje", falou Crisalis.

A presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, Laurinda Maria Carvalho, representante da Prefeitura de São Luís, e trouxe contribuições relevantes na discussão sobre políticas públicas para mulheres. "O governo precisa trabalhar com aportes na construção de melhorias das políticas públicas, visando a qualidade de vida da mulher", ressaltou ela.

Lourdes de Maria Nunes, Vice-presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, enfatizou a importância de debater as políticas públicas em conjunto, pois se trata de questões que passam do cidadão comum, ao administrador, ao Poder Legislativo, Judiciário e Executivo, ressaltou também que a mídia desempenha papel fundamental no desenvolvimento de políticas para mulheres em defesa a igualdade de gêneros.

Dos municípios do Maranhão, São Luís foi o 1º a aderir ao Plano de Política Pública para mulheres, assinado em 2005. Questões históricas de desigualdade entre gêneros foram discutidas, causando reflexão sobre as conquistas e avanços obtidos ao longo dos anos, regado com muita luta para que a mulher tivesse voz.

Ao final do Painel, Ricardo Diniz reforçou seu compromisso no combate às desigualdades, enfatizando que "é necessário propor ações que beneficiem a sociedade a longo prazo". Em seguida parabenizou todas as mulheres presentes e distribuiu rosas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Débitos de IPTU começam a ser negociados em Centros de Conciliação do TJ/MA

Tramitam nas três varas da Fazenda Pública de execução fiscal cerca de 20 mil processos referentes ao Município; aproximadamente 80% são relativos a IPTU

O Centro de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão, localizado no Fórum de São Luís (Calhau), realizou esta semana a primeira audiência de conciliação para pagamento de débito de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). A iniciativa, segundo o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, é uma forma de acelerar a resolução de questões que poderiam gerar mais ações judiciais.

"O Município de São Luís propôs essa parceria com os centros, levando em conta que tramitam atualmente nas três varas da Fazenda Pública exclusivas de execução fiscal cerca de 20 mil processos referentes ao Município. Aproximadamente 80% desse total são relativos a IPTU", justifica o coordenador.

Para o procurador fiscal Fernando Rocha Santos, que participou da audiência, a iniciativa é muito importante, pois o acordo tanto diminui as demandas da Procuradoria quanto do Judiciário.

"A cultura de pacificação traduz os objetivos do centro judiciário de solução de conflitos, que é solucionar promover a conciliação entre as partes", frisou o conciliador José Alexandrino Saraiva Filho.

Divulgação/TJ

Juiz Alexandre Abreu conversa durante primeira audiência de conciliação

Audiência - O vigilante Maurício Fonseca dos Santos foi o primeiro a negociar a sua dívida de IPTU, na segunda-feira (10). Ele disse ter ido à Procuradoria do Município para fazer o pagamento do débito de IPTU, que totalizava R$ 1.397,00.

"No local, fui informado sobre a possibilidade de acordo junto a um Centro de Conciliação. Em outubro do ano passado, procurei o centro, que convocou o Município para esta audiência, e hoje nós saímos daqui satisfeitos", relatou.

Além do juiz Alexandre Abreu, promoveram a conciliação o procurador fiscal do Município de São Luís, Fernando Rocha Santos Ramos, e o conciliador José Alexandrino Saraiva Filho.

Mais

Centros de Conciliação em São Luís:
- **Fórum** Desembargador Sarney Costa (Avenida Carlos Cunha - Calhau), na Rua do Egito (Centro, em frente ao Procon).
- **Faculdades** Ceuma I e II (Renascença e Cohama)
- **Facam** (Bequimão)

Mais informações podem ser obtidas pelo (98) 3194-5676

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mutirão já analisou quase 700 processos

Até ontem, o Mutirão Carcerário já analisou 671 processos; desses, já foi dada a liberdade a 61 presos. O fim dos trabalhos está previsto para abril. **Polícia 6**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mutirão Carcerário do Maranhão já analisou quase 700 processos

Dos casos analisados, 61 presos tiveram a liberdade decretada e 159 foram mantidos na prisão; nos demais processos, os juízes tomaram outras medidas; previsão de encerramento dos trabalhos da comissão de gestão será no mês de abril

De Jesus

Equipe do Mutirão Carcerário Processual trabalha na análise de processos criminais no Fórum de São Luís

Seiscentos e setenta e um processos já foram analisados e centenas de diligência realizadas até esta terça-feira (11), pelo Mutirão Carcerário Processual que está sendo realizado no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Os trabalhos começaram em 15 de janeiro e foram oficializados com a publicação da Resolução Conjunta 01/2014, que criou a comissão de gestão no âmbito do sistema prisional do estado. A previsão é que as atividades prossigam até o mês de abril.

Deste total de processos analisados, 61 tiveram a liberdade decretada e em 159 foram mantidas as prisões. Nos demais, foram tomadas outras medidas cabíveis, como a manutenção da prisão. Além da análise da situação processual, o mutirão também tem como escopo verificar a expedição de guias de recolhimento para execução, diagnosticar as rotinas cartorárias das varas criminais e possíveis excessos de prazos.

As atividades relativas ao mutirão estão sendo desenvolvidas em um único polo, localizado no 7º andar do Fórum de São Luís, sob a coordenação geral da juíza corregedora Maria Francisca Gualberto de Galiza e sob a organização da secretária Edwiges Bertrand Weba. Atua ainda uma equipe de oito juízes, designados pela Corregedoria Geral da Justiça.

Os juízes trabalham de oito a 10 horas por dia no mutirão e desses, três trouxeram assessores para auxiliar nos trabalhos. Os outros órgãos envolvidos no mutirão são o Ministério Público e a Defensoria Pública. De acordo com informações da secretária responsável pela organização dos trabalhos, o mutirão foi iniciado com uma equipe composta por 25 servidores.

"Com o fluxo de trabalho definido, percebemos que tínhamos que fazer uma reestruturação nas tarefas desenvolvidas pelos servidores e chegamos a conclusão que com a diminuição do fluxo processual, tínhamos que reduzir o quadro e hoje temos 17 servidores", destacou Edwiges Bertrand.

Triagem - A sistemática de tra-

Números

61
foi o número de processos já analisados com a liberdade decretada

159
casos já analisados tiveram as prisões mantidas e nos demais foram tomadas outras medidas

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

balho é a seguinte: os analistas de Direito fazem a triagem inicial, que verifica a situação do processo. Os assessores analisam junto com os juízes e os secretários, técnicos, oficiais, assistentes e auxiliares, fazem todas as tarefas que uma secretaria judicial faz, como o recebimento e protocolização dos processos, distribuição para os juízes, movimentação no sistema, organização dos processos, emissão de certidões, juntada de documentos, atendimento ao público e outros.

"Vale ressaltar, desde já, o apoio incondicional da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, que não poupou esforços para que fossem implementadas todas as providências objetivando a liberação e preparação do espaço físico em condições de receber a secretaria do mutirão carcerário, viabilizando estrutura material e humana necessárias para o funcionamento dos trabalhos, bem como a atuação da juíza Francisca Galiza e do juiz Osmar Gomes, diretor do Fórum de São Luís", ressaltou a secretária.

"Nossa missão é apreciar a situação processual dos presos e adotar as providências cabíveis, nos termos da Resolução Conjunta nº 01/2014. Nesses dias, tem havido uma integração institucional do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública com o objetivo, não somente de apreciar as prisões provisórias, mas também de impulsionar com celeridade os processos que se encontram em tramitação nas varas criminais da capital e do interior do estado", destacou a juíza Tereza Cristina Cruz.

Análise - A magistrada, que integra a equipe, ressaltou que após a análise individualizada de cada processo ficou constatado que a grande maioria dos decretos de prisão provisória foi adequada ao caso concreto, atendendo aos requisitos legais e observando o princípio da proporcionalidade, bem como que os juízes têm tornado efetivo o princípio constitucional da razoável duração dos processos.

"Basta observar que mais de 80% das custódias preventivas foram mantidas, o que demonstra o excelente trabalho desempenhado pelos magistrados maranhenses na condução dos processos em suas unidades judiciais, evidenciando que, de fato, o Judiciário nada contribuiu para o surgimento da crise nos estabelecimentos criminais no Maranhão. No curso dos trabalhos, contamos com o apoio especializado dos servidores da Corregedoria Geral da Justiça e da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, muito comprometidos e dedicados", concluiu a juíza.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Crianças e adolescentes vítimas de violência têm sala no Fórum de Timon

Instalação da sala faz parte do projeto Depoimento sem Dano, iniciativa já implementada com êxito em outros tribunais de Justiça e comarcas

TIMON - Uma sala especial foi instalada no Fórum Amarantino Ribeiro Gonçalves, em Timon, para colher depoimentos de crianças e adolescentes vítimas de violência. O objetivo é conversar, minimizando a possibilidade de que ocorram traumas com essas vítimas, principalmente em se tratando de crimes de violência sexual. A sala foi instalada segunda-feira (10).

Para contribuir para o funcionamento da sala especial, a diretoria do Fórum de Timon providenciou uma sala própria e um servidor analista em suporte e análise de redes, que organizou os sistemas de transmissão de vídeo. A sala para o depoimento sem dano terá uma assistente social, para facilitar o trabalho da Justiça na hora de colher as informações.

O projeto *Depoimento sem Dano* é uma iniciativa já implementada no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. O Maranhão tem outras experiências positivas, a exemplo da instalação da sala nas comarcas de Coelho Neto e Poção de Pedras.

Para o aparelhamento da sala, houve a contribuição do juiz José Elismar Marques, que é titular da 3ª Vara Criminal de Timon e tem competência nos crimes contra a criança. Ele auxiliou com a aquisição de parte dos equipamentos, como mesas de som e microfones.

Funcionamento - O *Depoimento Sem Dano* funciona da seguinte forma: o juiz, o promotor, o defensor e o acusado ficam na sala de audiência e, por meio de um monitor de vídeo, acompanham o que se passa na sala especial de depoimento sem dano, na qual um profissional do setor psicossocial de Timon (psicóloga e/ou assistente social) entrevista a vítima utilizando das técnicas próprias para obter o relato de como o fato realmente se passou. Após esse registro, fica gravado em DVD para ser anexado ao processo.

Apesar de não ocorrer no mesmo ambiente dos demais, o depoimento da vítima respeita o contraditório e ampla defesa, pois é possível ao acusado, através de seu defensor, da sala de audiências, fazer perguntas à vítima, que serão ouvidas apenas pelo entrevistador na sala especial, que por sua vez utiliza das técnicas apropriadas para obter a informação desejada.

Nesses crimes, cuja vítima é criança ou adolescente, a obtenção da prova não é tarefa fácil, especialmente nos casos de abusos sexuais praticados contra crianças e adolescentes, pois, são, em regra, realizados às escondidas, sem qualquer testemunha.

O juiz José Elismar disse que esses crimes não deixam, na maior parte dos casos, qualquer vestígio material - aquele capaz de ser apurado através de perícia médica. "Por isso, o depoimento da vítima (criança ou adolescente) é de extremo valor, eis que não é raro ser a única prova possível no processo", explicou.

É objetivo do projeto minimizar, durante o depoimento, os danos causados à criança e ao adolescente vítima de violência, por meio da capacitação de profissionais e aquisição de equipamentos para adequação do ambiente.

O projeto busca, também, garantir à criança/adolescente, proteção e prevenção da violação de seus direitos, quando ao ser ouvida em juízo, sua palavra é valorizada, por meio de inquirição que respeita sua condição de pessoa em desenvolvimento.

Divulgação

Diretoria do Fórum de Timon em sala especial para colher depoimentos de crianças e adolescentes

Mais

Estiveram na instalação da nova sala, além dos servidores e juízes, o promotor de Justiça com atuação na 3ª Vara Criminal, Fernando Evelim de Miranda Meneses, e o juiz Rogério Monteles da Costa, titular do Juizado Especial Cível e Criminal e diretor do fórum.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Flora Dolores

Corregedora-geral Nelma Sarney apresentou dados

Cresce número de denúncias de violência contra a mulher em SL

Maioria das ações é contra maridos ou ex-companheiros, segundo pesquisa em 435 processos de 2012 a 2013 na Vara da Mulher. **Cidades 1**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Pesquisa sobre violência familiar contra a mulher é apresentada

Pesquisa, da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, leva em consideração 435 processos de medidas protetivas referentes a 2012 e 2013, que mostram aumento no número de requerimentos contra a violência doméstica

Flora Dolores

Corregedora-geral de Justiça desembargadora Nelma Sarney e Nelson Melo, juiz da Vara da Mulher, durante apresentação

O sentimento de empoderamento e conscientização dos seus direitos têm crescido, nos últimos anos, entre as mulheres vítimas de violência doméstica em São Luís. Na manhã de ontem, a Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher apresentou uma pesquisa documental que tem por objetivo identificar o perfil de todos os elementos envolvidos na violência familiar contra a mulher, com base no número de Medidas Protetivas de Urgência (MPU), concedidas pelo juizado. A pesquisa leva em consideração 435 processos de medidas protetivas - entre ativos e arquivados - referentes ao espaço temporal de 2012 a 2013, que revelam um aumento no número de requerimentos à Justiça, contra a violência doméstica.

O relatório, que é divulgado anualmente há cinco anos, foi apresentado pela corregedora-geral de Justiça, desembargadora Nelma Sarney, e pelo juiz da Vara da Mulher da capital, Nelson Melo, que coordenou a pesquisa. Desde a criação da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em 2008, foram concedidas 8.151 medidas protetivas para mulheres em situação de violência. Os dados coletados levam em consideração cinco categorias, entre elas o perfil da vítima, o perfil do agressor, o ato violento, a denúncia e a concessão de medidas protetivas, cujo requerimento pode ser feito em qualquer comarca do estado e garante o afastamento do agressor do convívio da vítima.

Segundo a corregedora-geral de Justiça, a pesquisa serve não só para ter um parâmetro do cenário da violência doméstica na capital, mas, sobretudo, para orientar os trabalhos da Justiça no que diz respeito ao planejamento de ações que garantam a proteção, o aperfeiçoamento e o enfrentamento da violência contra a mulher. "O objetivo dessa pesquisa é justamente para que o Poder Judiciário possa intensificar os trabalhos, identificar onde está acontecendo essa violência, quais os locais, onde e como devemos intervir", assinalou Nelma Sarney.

Perfil - De acordo com o relatório, a faixa etária predominante entre as mulheres atendidas é de 26 a 34 anos, respectivamente 41% e 39% do total. A segunda faixa etária com maior representação é a de 35 a 43 anos, com 20% e 28%, seguida das mulheres mais jovens, com idades de 18 a 25 anos, representando 23% e 18%, respectivamente. Ainda de acordo com a pesquisa, em 2012 e 2013, respectivamente, 61% e 63% das representantes eram solteiras; 24% e 16% das mulheres se declararam casadas e 11% e 14% conviviam em união estável.

Os dados estatísticos relativos ao exercício profissional mostram que, em 2012, 17% das vítimas afirmaram ser donas de casa, 13% se declararam empregadas domésticas e 3% se autônomas. Já no ano passado, 23% das mulheres que denunciaram a violência familiar informaram ser donas de casa, seguidas das empregadas domésticas, com 15%, e das autônomas, com 2%.

O juiz da Vara da Mulher, Nelson Melo, afirmou que o aumento no número de denúncias é em razão, sobretudo, dos trabalhos de divulgação dos casos de violência contra a mulher e divulgação de trabalhos educativos e informativos de que elas devem denunciar e garantir os seus direitos. "A mulher está mais empoderada. Ela está se valorizando, buscando seu reconhecimento, seu espaço e, sobretudo, seus direitos", destacou.

Agressor - A maioria dos casos denunciados tem como autores ex-companheiros, esposos e ex-namorados das vítimas. A

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ingestão de álcool e/ou uso de drogas também estão entre os fatores de influência nos casos de agressão citados pelas mulheres. No relatório de 2012, foi possível identificar percentual importante quanto à ingestão abusiva de bebida alcoólica (36%), assim como quanto ao uso de narcóticos (24%). Em 2013, houve redução de 9% no registro de informação sobre uso de álcool (27 %), bem como sobre uso de drogas (15%).

Entre os principais motivos das agressões, o inconformismo do homem com o fim do relacionamento fica em primeiro lugar, seguido do ciúme. O ato violento mais frequente, em 2012, foi a prática de violência psicológica, em 36% dos casos, seguido pela violência física (26%) e ofensa moral ou injúria, mencionadas em 24% dos registros. O resultado se repetiu no ano passado, pois o tipo de violência mais recorrente foi a psicológica (35%), depois agressão física, com 29%, e agressão moral ou injúria, com 28%.

Segundo Nelson Melo, tudo isso se explica pela cultura patriarcal arraigada não só na capital maranhense, mas no mundo todo, configurando-se, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), como um problema de saúde pública. "O que falta para combatermos definitivamente esse problema é uma mudança do pensamento do homem, uma mudança de mentalidade. O agressor sempre vê a mulher como um objeto seu e não como uma pessoa. É uma atitude de dominação que precisa mudar", frisou o juiz da Vara da Mulher.

Números

8,15

é o total de Medidas Protetivas de Urgência concedidas pela Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher desde 2008

435

medidas protetivas foram concedidas entre os anos de 2012 e 2013

Mais

Em São Luís, um dos locais de atendimento às vítimas de violência doméstica é a Casa Abrigo, mantida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), e que recebe mães sob ameaça de morte e também seus filhos, ambos encaminhados por órgãos de proteção, a exemplo da Delegacia da Mulher e Vara Especial de Combate à Violência Contra a Mulher. Além do atendimento psicossocial e de saúde, a Casa oferece a elas capacitação profissional e possibilidade de trabalho e renda.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

POLÍCIA

Mutirão Carcerário do Maranhão já analisou quase 700 processos

Pag. 15

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mutirão Carcerário do Maranhão já analisou quase 700 processos

Deste total de processos analisados, 61 tiveram a liberdade decretada e em 159 foram mantidas as prisões. Nos demais foram tomadas outras medidas cabíveis, como a manutenção da prisão

Um total de 671 processos analisados e centenas de diligência realizadas: este é o saldo, até esta terça-feira (11), do Mutirão Carcerário Processual que está sendo realizado no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Os trabalhos começaram em 15 de janeiro, e foram oficializados com a publicação da Resolução Conjunta 01/2014, que criou a comissão de gestão no âmbito do sistema prisional do estado. A previsão é que as atividades prossigam até o mês de abril.

Deste total de processos analisados, 61 tiveram a liberdade decretada e em 159 foram mantidas as prisões. Nos demais foram tomadas outras medidas cabíveis, como a manutenção da prisão. Além da análise da situação processual, o mutirão também tem como escopo verificar a expedição de guias de recolhimento para execução, diagnosticar as rotinas cartorárias das varas criminais e possíveis excessos de prazos.

A previsão é que as atividades prossigam até o mês de abril

As atividades relativas ao mutirão estão sendo desenvolvidas em um único polo, localizado no 7º andar do Fórum de São Luís, sob a coordenação geral da juíza corregedora Maria Francisca Gualberto de Galiza, e sob a organização da secretária Edwiges Bertrand Weba. Atua nos trabalhos uma equipe de oito juízes, designados pela Corregedoria Geral da Justiça.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

SÃO LUÍS

Vara de Combate à Violência Contra a Mulher divulga pesquisa

A Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da capital divulgou uma pesquisa institucional referente aos casos denunciados na unidade judicial, nos anos de 2012 e 2013. Os números foram apresentados pelo juiz titular da vara, Nelson Melo de Moraes Rêgo e pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, durante uma entrevista coletiva concedida na sede da Corregedoria da Justiça, nesta terça-feira (12). A exposição dos dados da pesquisa, que ocorreu no gabinete da corregedora, contou com o auxílio da equipe multidisciplinar da vara.

De acordo com o relatório, a coleta das informações foi realizada após consulta a 435 processos de medidas protetivas de urgência, entre ativos e arquivados, referentes aos anos de 2012 e 2013. A equipe multidisciplinar da vara, que organizou os dados, buscou equilibrar a seleção dos processos de acordo com a distribuição nos meses de junho e julho de cada ano, de maneira a contemplar os dois semestres de cada exercício.

DADOS - De acordo com os dados coletados, a faixa etária predominante entre as mulheres atendidas varia de 26 a 34 anos de idade, respectivamente 41% e 39%. A segunda faixa etária com maior representação é a de 35 a 43 anos, com respectivos 20% e 28%; seguida das mulheres mais jovens, com idades entre 18 a 25 anos, representando 23% e 18%.

Analisando-se ano a ano, percebe-se que na faixa etária com maior representatividade a diferença percentual foi de apenas 2%, enquanto que na segunda e terceira faixas etárias predominantes, essa diferença aumenta para 8% e 5%, respectivamente. Destaca-se a vantagem de pontos percentuais, em todas as faixas, para o ano de 2012.

A pesquisa revelou que, sobre a profissão da mulher agredida, 17% das requerentes afirmaram ser donas de casa, 13% se declararam empregadas domésticas e 3% se consideram autônomas, em 2012. No ano seguinte, a situação se repete, pois 23% das mulheres que denunciaram a violência familiar informam ser donas de casa, seguidas das empregadas domésticas com 15% e das autônomas com 2%. Com a preponderância das donas de casa na situação ocupacional pode-se inferir que a dependência sócio-econômica da requerente dificulta a ruptura do ciclo da violência de gênero.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

O gauche canto de Eliana

AURELIANO NETO
JUIZ DE DIREITO

"'...impunidade da magistratura, que tem bandidos atrás das togas.' Esta, literalmente, a expressão usada pela ministra Eliana Calmon, Corregedora do Conselho Nacional de Justiça, ao evocar o seu canto-gauche, num brado retumbante, em defesa do amplo exercício dos poderes do CNJ. E tudo isso porque o Supremo Tribunal Federal estaria na iminência de julgar uma ação direta de inconstitucionalidade, promovida pela AMB contra a Resolução n.° 135, que regulamenta o processo disciplinar de juízes, por entender que essa norma contém regras que ferem, de forma direta, preceitos fundamentais da Constituição Federal, em detrimento da magistratura e não do magistrado em si.

"Aproveitando-se desse canto de revolta da ministra, sobretudo porque o alvo foram os bandidos de togas, na expressão dela própria, e, de início, sem discriminação, se se referiria a poucos ou muitos, ou a minoria ou a maioria, a mídia em peso veio para cima para dar apoio à corajosa magistrada. À unanimidade, todos fizeram coro, com exceção do ministro Cezar Peluso, que teve a desdita corporativista, como afirmam os defensores da moralidade absoluta, de repudiar com veemência, em expressão contundente, as acusações levianas que lançavam dúvida sobre a honra dos juízes.

"A revista Veja, que não perde uma oportunidade como essa, editou logo uma reportagem com o agressivo título 'Os Bandidos de Toga' e, dos mais de quinze mil juízes brasileiros, relacionou uns cinco ou seis havidos como corruptos, todos integrantes da cúpula do Judiciário, não sendo nenhum deles magistrado de instância inferior. Com esse número reduzido de infratores, refere-se, escandalosamente, a 'uma profusão de juízes-bandidos atuando no Brasil'. Como se deduz, o canto de revolta da corregedora Eliana Calmon teve repercussão hiperbólica. Passou-se a ter, agindo no seio da magistratura brasileira, uma profusão de juízes-bandidos. A questão básica, por conta de interesses nada confessáveis, tomou, pois, outro sentido.

"Uma colunista, até bem apessoada, segundo a foto, de jornal de grande circulação, em texto apologético, com farta adjetivação, publicado em 02/10/2011, faz essa estonteante afirmação: "A bandeira de Calmon (assim mesmo, com toda a intimidade que passou a ter com a mais nova heroína nacional) é um fio de esperança para quem aguarda mudanças efetivas na sociedade brasileira." Bem, não entendi o sentido da frase, até porque, se existe alguma bandeira, a esperança não está com quem a empunha, mas com a moralidade da toga, que não se centra numa só pessoa, mas na instituição, que é o Judiciário. E, se o Judiciário brasileiro é, com todas essas certezas, formado, em profusão, de juízes-bandidos, de fato, a bandeira de Calmon não é só um fio de esperança, é a própria esperança do povo brasileiro, porque, só assim, os bandidos serão conveniente e peremptoriamente expulsos dos quadros da magistratura nacional, numa assepsia sem igual, digna de rivalizar com os expurgos de Hitler, quando, assentado numa ética duvidosa, aplaudida por todos, montou a estrutura do holocausto, que culminou na solução final. Desculpe-me sobre o holocausto e a solução final. A insensatez está tão absurda que não tive outra alternativa.

"A grande questão que se levanta em torno dessa celeuma, quando a AMB faz uso de um direito de recorrer ao Supremo Tribunal Federal, para arguir a inconstitucionalidade de uma norma do CNJ é: a quem interessa o linchamento do Poder Judiciário, perante a cidadania brasileira, provocando-lhe o enfraquecimento moral, ao retirar-lhe a força, sustentada na credibilidade, como instituição de poder? A quem? A grupos econômicos nacionais ou estrangeiros? Se há juízes ímprobos, corruptos, portanto bandidos, do mesmo modo, há jornalistas, há advogados, há empresários, há empresas, há professores, sem qualquer exceção. O monopólio da improbidade não é apenas dos magistrados. Quem não erra, atire a primeira pedra. Pior: já atiraram, e muitas, ainda que com as mãos sujas."

Parte do texto de cima, em aspas, foi publicada quando a ex-ministra Eliana Calmon exercia a soberana função de Corregedora do CNJ. E levantava a espada da ética a cortar cabeças dos bandidos de toga. Fora aplaudidíssima. Aposentou-se. Uma pena. Mas não perdeu tempo. Filiou-se a um partido político. É candidata à senadora pela Bahia, cujo Judiciário, à época, era considerado o mais corrupto do Brasil. Não é mais. Ainda bem. Candidata a um cargo político, o cantogauche de Eliana mudou. Entrevistada, perguntaram-lhe sobre o tribunal da Bahia, respondeu: – Eu não posso dizer que sejam corruptos. Existem muitos desvios, mas dentro de um contexto de um país tão corrupto. Ah!, saltaram-me as eternas exclamações e interrogações: – Que diabo quis dizer com tantos desvios dentro de um contexto de um país corrupto?!?! Mas logo tascou: – Tribunal corrupto era o do Paraná, o do Maranhão. É nisso que dá fazer política de toga. Ora é, ora não é. Em razão dessas incontinências éticas é que defendo que magistrado deve, ao despir-se da toga, ter uma quarentena de três a cinco anos. Nunca seis meses como dispõe a legislação eleitoral vigente. De outro modo, nunca se saberá se a corrupção é de quem veste ou de quem tira a toga.

aureliano_neto@zipmail.com.br

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Márcio Patrão é preso acusado de tráfico de drogas em todo o estado

POLÍCIA 4

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

BAIRRO DE FÁTIMA

"Márcio Patrão" preso

Após funcionário de "Márcio Patrão" ser preso com quatro quilos de crack, Seic cumpre mandado de prisão contra ele, que é suspeito de tráfico de drogas na Grande Ilha

MAURO WAGNER

Nas primeiras horas da manhã desta quarta-feira (12), os investigadores da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), prenderam Márcio de Jesus Mendes, 35 anos, conhecido como "Márcio Patrão", que é suspeito de envolvimento com o tráfico de drogas. A prisão aconteceu por força de um mandado de prisão preventiva expedida pelo juiz Gilberto de Moura Lima, titular da 2ª do Tribunal do Júri da Comarca de São Luís.

De acordo com as informações do delegado Augusto Barros, superintendente da Seic, ele teria cumprido apenas o mandado de prisão expedido pelo juiz e a determinação foi por Marcio Patrão ter envolvimento com o tráfico de drogas. A prisão aconteceu no Bairro de Fátima, sendo que o suspeito já estava cumprindo uma pena domiciliar desde o mês de Janeiro.

A prisão domiciliar foi precedida depois que Patrão teria trocado tiros com agentes da Seic durante abordagem ao seu veículo, um Toyota Hilux, de cor preta, no Bairro de Fátima.

Durante o tiroteio, a esposa de Márcio, Liliane Silva Villas Boas, 26 anos, morreu. Elá estava grávida de cinco meses. O que chama a atenção, é que na última terça-feira (11), um homem que estava no veículo de Patrão durante o tiroteio, que se apresentou como pedreiro, foi preso com quatro quilos de crack, na Estrada de Ribamar. Ele foi identificado como Ernildo Soares da Silva, de 25 anos.

O delegado Augusto Barros confirmou que durante a abordagem, no dia 23 de janeiro, Marcio Patrão tinha uma pistola 0.40 municiada dentro do veículo. O delegado ressaltou que a Seic já prendeu parte da quadrilha de Márcio. Sendo que o primeiro foi Jairo Abel Gonzales, no dia 5 de Fevereiro, capturado por força de um mandado de prisão do Estado de Natal.

No dia 6 de fevereiro foi preso Ednaldo Martins Mota, conhecido como "Zé das Medalhas", natural de Anajatuba. Zé das Medalhas tinha um mandado de prisão expedido pelo Estado do Pará, onde é acusado pelo crime de homicídio.

Na última terça-feira, Ernildo Soares da Silva foi detido, por investigadores da Polinter. "Ainda existem outros envolvidos nesta quadrilha, que estão sendo investigados. Já sabemos que a droga espalhada pela quadrilha é oriunda da Bolívia e faz conexão com o Estado do Amazonas, chegando aqui no nosso Estado", finalizou o delegado Augusto Barros.

Marcio Patrão será transferido parra o Centro de Triagem, onde ficará à disposição da Justiça.

> Ainda existem outros envolvidos nesta quadrilha, que estão sendo investigados. Já sabemos que a droga espalhada pela quadrilha é oriunda da Bolívia e faz conexão com o Estado do Amazonas, chegando aqui no nosso Estado
>
> ***Augusto Barros***, delegado da Seic

"Márcio Patrão" já cumpria prisão domiciliar, agora foi para Pedrinhas

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Do amor ao ódio!

Fim de relação é causa de 31% das agressões à mulher

Números da Rede de Proteção à Mulher na capital mostram que em 31% dos casos de violência doméstica a causa é o inconformismo do ex-companheiro com o fim do relacionamento.

URBANO 2

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

AGRESSÃO

Fim de relação gera violência

Pesquisa revela que 31% das mulheres são agredidas por homens revoltados com término da relação. Dados foram coletados com base em denúncias

DA REDAÇÃO

Do ciúme simples ao homicídio. O inconformismo com o fim do relacionamento, que pode partir de uma simples insatisfação até chegar ao nível mais extremo, é a principal causa dos casos de violência contra a mulher em São Luís. Isso é o que revela as denúncias registradas pelos órgãos que integram a Rede de Proteção à Mulher na capital, no ano de 2013. De acordo com os dados da pesquisa apresentada na Corregedoria Geral da Justiça, a insatisfação masculina quando o namoro ou casamento chega ao fim, representa 31% dos casos de violência doméstica, seguida do ciúme com 17%. Os números foram apresentados pelo juiz titular da vara, Nelson Melo de Moraes Rêgo, e pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney.

Segundo Nelson Melo, a violência decorrente do inconformismo com o fim do relacionamento ocorre por haver uma relação de poder, onde o homem é o dominador e a mulher a dominada.

"Quando isso ocorre, o agressor ver a mulher como um objeto e não como um ser humano. Este tipo de violência é uma das mais preocupantes, pois pode levar ao estágio mais extremo, que é a morte. Por isso a importância da denúncia, tão logo as agressões sejam observadas", explicou o juiz.

O juiz informou ainda que os números revelam que as mulheres já não demoram mais para denunciar o agressor, o que facilita a coleta de dados.

"É uma pesquisa que traz todos os dados sobre o homem que comete a violência, o agressor, e também informações sobre a mulher que sofre a violência. E não estamos apenas falando da violência física, pois existem outras formas de agredir, como a violência psicológica, com palavras e atitudes que remetem à mulher uma sensação de inferioridade, afetando a autoestima e fazendo-a parecer incapaz", afirmou Nelson Moraes Rego.

A pesquisa aponta também, que a faixa etária predominante das vítimas é de 26 a 34 anos que representa 40 % do total de denúncias. Já em relação a profissão, as vítimas são na maioria donas de casa, que representam 23% do total dos casos e, em seguida as empregadas domésticas com 15%. Os dados também revelam a escolaridade das vítimas, na sua maioria tem Ensino Médio completo, o que representa 12% do total das denúncias.

Perfil do agressor

Em relação ao agressor, a pesquisa revela que a faixa etária em evidência está entre 26 e 34 anos, que representa 30% do total dos casos denunciados. Já em relação à profissão, os denunciados são: pedreiros (7%), motoristas (5%) e vigilantes (4%). O relatório identificou ainda um significativo percentual quanto à ingestão abusiva de bebida alcoólica e drogas. Os números mostram que 27% dos casos de violência foram cometidos sob o uso de álcool , assim como, sob o uso de drogas, (15%).

Local da violência

Sobre os bairros com maior incidência da violência, a pesquisa revela que Anjo da Guarda, Coroadinho e Turu lideram o número de casos, empatados com 4% das denúncias registradas.

Tipos de violência

Violência física - ação ou omissão que coloque em risco ou cause dano à integridade física de uma pessoa.
Violência moral - ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher.
Violência patrimonial - ato de violência que implique dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores.
Violência psicológica - ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal.
Violência sexual - ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal.

Juiz Nelson Melo de Moraes Rêgo e a desembargadora Nelma Sarney apresentaram a pesquisa realizada com informações de denúncias

dos casos de violência doméstica foram praticados por causa do inconformismo com o fim do relacionamento

> Quando isso ocorre, o agressor ver a mulher como um objeto e não como um ser humano. Esse tipo de violência é uma das mais preocupantes, pois pode levar a estágio mais extremo, que é a morte. Por isso a importância da denúncia, tão logo as agressões sejam observadas
>
> ***Nelson Melo de Moraes Rêgo**, juiz da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Poder Judiciário do Estado do Maranhão
4ª Secretaria Judicial Criminal
Comarca de Imperatriz

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PROCESSO Nº. 6451-82.2011.8.10.0040
PARTE RÉ: ISRAEL DE OLIVEIRA SILVA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

O Doutor **Weliton Sousa Carvalho**, MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Criminal, desta Comarca de Imperatriz, na forma da lei, etc. faz saber a todos, pelo presente edital, com prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, no processo que respondeu neste juízo, em que é autor o Ministério Público, por infração do art. 303, parágrafo único, c/c o art. 302, parágrafo único, I, da Lei nº 9.503/1997, fica intimado à parte ré **ISRAEL DE OLIVEIRA SILVA,** brasileiro, solteiro, lavrador de carros, nascido em 21/08/1987, natural de Imperatriz/MA, filho de Maria Margarida de Oliveira Silva e de pai não declarado, residente na Rua Gonçalves Dias, 21, Bairro Beira Rio, nesta cidade., **atualmente em local incerto e não sabido**, que por este Juízo e 4ª Secretaria Judicial Criminal, foi proferida a decisão penal cuja parte dispositiva final segue abaixo transcrita*:* **"Diante de todo o exposto e com fundamento no art. 89, § 5º, da Lei nº 9.099/95, DECLARO EXTINTA a punibilidade do acusado ISRAEL DE OLIVEIRA SILVA, consoante qualificado por ocasião da denúncia oferecida pelo Ministério Público, para produzir os efeitos jurídicos que lhe forem pertinentes devendo ser dado baixa na distribuição e observadas as demais cautelas de estilo. Oficie-se ao IDENT para dar baixa no nome do acusado. Intime-se, e Notifique-se o Ministério Público. P. R. I. CUMPRA-SE. Imperatriz/MA, 21 de janeiro de 2014. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, Titular da 2ª Vara da Família Respondendo pela 4ª Vara Criminal".** Para que chegue ao conhecimento do referido réu mandei publicar este **EDITAL** pela imprensa local e afixado na portaria deste Fórum. Dado e passado nesta cidade de Imperatriz/MA, na 4ª Secretaria Judicial Criminal, aos 26 de fevereiro de 2014. Eu, Nelma Maria Alves de Souza, técnica judiciário, Eu,_____ Sérgio Luís Borges Barbosa, Secretário Judicial digitei e conferi.

Weliton Sousa Carvalho
Juiz de Direito Titular
4ª Vara Criminal

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IMPERATRIZ-MA.
End.: Rua Rui Barbosa, s/nº, Centro CEP: 65.900-440
Fone: (99) 3529-2023 Fax: (99) 3529-2004

EDITAL DE INTIMAÇÃO – TRIBUNAL DO JURI

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº: 3606-58.2003.8.10.0040 (36062003)
PARTE AUTORA: JUSTIÇA PÚBLICA
PARTE(S) RÉ(S): DAMIAO LOPES DA SILVA
VITIMA: JOSE ROBERTO SILVA DAS CHAGAS

O Excelentíssimo Doutor Flavio Roberto Ribeiro Soares, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais...

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele tiverem conhecimento, que por este ato fica **INTIMADO** o acusado **Damião Lopes da Silva**, brasileiro, natural de Mombaça/CE, casado, operador de trator, nascido em 05/03/1963, filho de Francisca Lopes da Silva, com endereço a Rua do Campo, s/nº, Povoado Mil e Setecentos; nesta; **sendo que atualmente encontram-se em local incerto e não sabido, para comparecer na sessão do TRIBUNAL DO JURI PUPULAR designada para o dia 18/03/2014, às 09h00min,** na salão do Júri, do Fórum Min. Henrique de La Roque Almeida, no endereço acima descrito, afim de ser submetido a julgamento, nos autos do processo acima descrito. E como não tendo sido possível intimá-lo pessoalmente, este **EDITAL** será fixado a 2ª via no lugar de costume deste Fórum, no endereço acima. O que se **CUMPRA** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretária Judicial a meu cargo, nesta cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 10 de março de 2014. Eu, Alex Vieira Barbosa, Técnico Judiciário, digitei. E, Pollyanna Costa de Sousa, Secretária Judicial, conferiu.

Juiz Flavio Roberto Ribeiro Soares
Titular da 3ª Vara Criminal

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IMPERATRIZ-MA.
End.: Rua Rui Barbosa, s/nº, Centro CEP: 65.900-440
Fone: (99) 3529-2023 Fax: (99) 3529-2004

EDITAL DE INTIMAÇÃO – TRIBUNAL DO JURI

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº: 3606-58.2003.8.10.0040 (36062003)
PARTE AUTORA: JUSTIÇA PÚBLICA
PARTE(S) RÉ(S): DAMIAO LOPES DA SILVA
VITIMA: JOSE ROBERTO SILVA DAS CHAGAS

O Excelentíssimo Doutor Flavio Roberto Ribeiro Soares, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais...

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele tiverem conhecimento, que por este ato fica a **INTIMADA** a vitima **JOSÉ ROBERTO SILVA DAS CHAGAS**, brasileiro, solteiro, lavrador, nascido em 21/06/1979, filho de Manoel Ângelo Silva e Maria Silva das Chagas, residente no Assentamento Santa Helena, no município de Itinga/MA; **sendo que atualmente encontram-se em local incerto e não sabido**, **para comparecer na sessão do TRIBUNAL DO JURI PUPULAR designada para o dia 18/03/2014, às 09h00min,** na salão do Júri, do Fórum Min. Henrique de La Roque Almeida, no endereço acima descrito. E como não tendo sido possível intimá-lo pessoalmente, este **EDITAL** será fixado a 2ª via no lugar de costume deste Fórum, no endereço acima. O que se **CUMPRA** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 10 de março de 2014. Eu, Alex Vieira Barbosa, Técnico Judiciário, digitei. E, Pollyanna Costa de Sousa, Secretária Judicial, conferi.

Juiz Flavio Roberto Ribeiro Soares
Titular da 3ª Vara Criminal

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

São Luís

Câmara Municipal discute políticas públicas para mulheres

Na manhã desta quarta-feira, 12 de março, foi debatido na Câmara dos Vereadores de São Luís o Painel: "O Papel do Parlamento na Construção de uma Política para Mulheres", de autoria do vereador Ricardo Diniz (PHS).

A proposta do painel surgiu com o intuito de homenagear a mulher e promover uma discussão acerca dos possíveis avanços no padrão de vida das mulheres de São Luís, colocando-as na pauta das discussões políticas.

O painel foi presidida pela Vereadora Rose Sales, em homenagem às mulheres, juntamente com vereadores José Joaquim, Ricardo Diniz e das representantes da Instituições convidadas, entre elas: Secretaria de Estado da Mulher, Conselho Municipal da Condição Feminina e representante da Prefeitura de São Luís.

Após a formação da mesa, o autor da proposta, o vereador Ricardo Diniz, fez a abertura do Painel com um discurso destacando a importância de momentos como esses, em que a mulher tem espaço para ser ouvida no contexto do Brasil, que mesmo com os avanços continua sendo de desigualdades entre homens e mulher. "Ao mesmo tempo em que o governo estabelece novas metas de superação da pobreza e das persistentes desigualdades de gênero, raça e etnia, as mulheres continuam a carregar os fardos da pobreza, da desigualdade e da violência," finalizou enfatizando a importância do Painel.

Já a Secretária Adjunta de Estado da Mulher, Crisalis Fonseca, destacou o sofrimento das mulheres, principalmente no que diz respeito a violência doméstica e abuso sexual, lembrando que o Maranhão está em 4º lugar em denúncia pelo disque 180. "O papel do parlamento na construção de políticas públicas para mulheres nunca foi tão importante quando hoje", falou Crisalis.

A presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, Laurinda Maria Carvalho, representante da Prefeitura de São Luís, e trouxe contribuições relevantes na discussão sobre políticas públicas para mulheres. "O governo precisa trabalhar com aportes na construção de melhorias das políticas públicas, visando a qualidade de vida da mulher", ressaltou ela.

Lourdes de Maria Nunes, Vice-presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, enfatizou a importância de debater as políticas públicas em conjunto, pois se trata de questões que passam do cidadão comum, ao administrador, ao Poder Legislativo, Judiciário e Executivo, ressaltou também que a mídia desempenha papel fundamental no desenvolvimento de políticas para mulheres em defesa a igualdade de gêneros.

Dos municípios do Maranhão, São Luís foi o 1º a aderir ao Plano de Política Pública para mulheres, assinado em 2005. Questões históricas de desigualdade entre gêneros foram discutidas, causando reflexão sobre as conquistas e avanços obtidos ao longo dos anos, regado com muita luta para que a mulher tivesse voz.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Sistema Carcerário

Mutirão Carcerário do Maranhão já analisou quase 700 processos

Um total de 671 processos analisados e centenas de diligência realizadas: este é o saldo, até esta terça-feira (11), do Mutirão Carcerário Processual que está sendo realizado no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Os trabalhos começaram em 15 de janeiro, e foram oficializados com a publicação da Resolução Conjunta 01/2014, que criou a comissão de gestão no âmbito do sistema prisional do estado. A previsão é que as atividades prossigam até o mês de abril.

Deste total de processos analisados, 61 tiveram a liberdade decretada e em 159 foram mantidas as prisões. Nos demais foram tomadas outras medidas cabíveis, como a manutenção da prisão. Além da análise da situação processual, o mutirão também tem como escopo verificar a expedição de guias de recolhimento para execução, diagnosticar as rotinas cartorárias das varas criminais e possíveis excessos de prazos.

As atividades relativas ao mutirão estão sendo desenvolvidas em um único polo, localizado no 7º andar do Fórum de São Luís, sob a coordenação geral da juíza corregedora Maria Francisca Gualberto de Galiza, e sob a organização da secretária Edwiges Bertrand Weba. Atua nos trabalhos uma equipe de oito juízes, designados pela Corregedoria Geral da Justiça.

Os juízes trabalham de oito a dez horas por dia no mutirão e desses, três trouxeram assessores para auxiliar nos trabalhos. Os outros órgãos envolvidos no mutirão são o Ministério Público e a Defensoria Pública. De acordo com informações da secretária responsável pela organização dos trabalhos, o mutirão foi iniciado com uma equipe composta por 25 servidores.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Aprovado projeto que cria Central de Inquéritos do TJ

O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, ontem, projeto de Lei Complementar Poder Judiciário que altera dispositivos do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, autorizando a criação de uma Central de Inquéritos, com competência para o processamento dos inquéritos policiais do Termo Judiciário de São Luís, decidindo seus incidentes e medidas cautelares.

A proposição, encaminhada ao Poder Legislativo ainda na gestão do então presidente do TJMA, Guerreiro Júnior, objetiva melhorar a estruturação dos serviços judiciais, no âmbito do 1º grau, sobretudo descentralizando atribuições de competência, com processamento de inquéritos policiais, seus incidentes e medidas cautelares em Unidade Específica.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Leomar Amorim

Na retomada das sessões do Órgão Especial nesta ontem (12), o Tribunal de Justiça aprovou "voto de pesar" à família do desembargador federal Leomar Barros Amorim, que faleceu no dia 5 de março.

A proposta foi apresentada pela presidente Cleonice Freire e aprovada por unanimidade pelos desembargadores presentes.

Em breve pronunciamento, a presidente do TJMA enalteceu a trajetória profissional do magistrado, que chegou a exercer mandato junto ao Conselho Nacional de Justiça, entre 2009 e 2011.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça suspende decreto que alterava classificação do Parque da Lagoa da Jansen

Atendendo pedido formulado pela Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís, a Justiça determinou a suspensão do Decreto n° 28.690, de 14 de novembro de 2012, que alterava a classificação do Parque Estadual da Lagoa da Jansen, em São Luís, de unidade de Conservação de Proteção Integral para Unidade de Uso Sustentável.

De acordo com a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público contra o Estado do Maranhão, em novembro de 2013, a alteração é ilegal, pois um decreto não tem poder de alterar a Lei Estadual n° 4878/88, que criou o parque estadual. Com a alteração, passou a ser permitida, dentre outras atividades, o uso econômico das áreas particulares incluídas no perímetro do parque. Dessa forma, as áreas de propriedade privada tornaram-se passíveis de edificação.

O processo de alteração teve início em 20 de abril de 2012, quando a superintendente de Biodiversidade e Áreas Protegidas, Clarissa Moreira Coelho Costa, encaminhou uma exposição de motivos ao titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), na qual solicitava a "reavaliação do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen". No documento está dito que o parque teria sido criado por decreto, informação equivocada.

A servidora da Sema faz um breve resumo de estudos e projetos desenvolvidos na Lagoa da Jansen e das normas relativas à área, destacando o comprometimento da qualidade ambiental da região e sugerindo sua revisão. Após a determinação para a realização de estudos técnicos, publicidade e audiências públicas, foi apresentado um laudo subscrito por dois biólogos e revisto por Clarissa Costa, servidora que havia proposto a reavaliação.

O tema foi disponibilizado para consulta pública na internet e discutido e aprovado na 9ª reunião ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente, em 19 de outubro de 2012. A partir de então foi encaminhada exposição de motivos e minuta à Casa Civil, resultando na publicação do decreto ilegal.

SEM ESTUDOS – Na ação, o promotor de justiça Luís Fernando Cabral Barreto Junior afirma que a edição do Decreto n° 28.690/2012 ocorreu de forma contrária à Constituição Federal e outras normas, além de ser efetivada "sem estudos suficientes e sem a necessária e correta participação popular, uma vez que a consulta se deu apenas pela internet, e o debate se limitou ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, sem que a população do entorno pudesse debater o assunto que lhe diz interesse".

Na decisão, o juiz Manoel Matos de Araújo Chaves, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, considera inadmissível a conduta do Poder Público em expedir decreto "com o expresso propósito de revogar lei, servindo-se para tanto de pueril artifício de denominá-la de decreto".

A decisão judicial, datada de 20 de janeiro de 2014, suspende os efeitos do Decreto n° 28.690/2012 e declara em plena vigência a Lei Estadual 4878/1988, mantendo o status de Unidade de Conservação de Proteção Integral do Parque Estadual da Lagoa da Jansen.

G. FERREIRA

PARQUE DA LAGOA da Jansen vai continuar sendo unidade de Conservação de Proteção Integral

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juiz manda prender "Márcio Patrão" após revogação de prisão domiciliar

NELSON MELO

O juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Gilberto de Moura Lima, decretou a prisão preventiva de Márcio de Jesus Mendes, de 35 anos, o "Márcio Patrão", após ter revogado a prisão domiciliar dele. "Márcio Carga Torta", como também é conhecido, cumpria pena em sua residência, localizada na Rua Tiradentes – Bairro de Fátima, depois de ter sido atingido por disparos de arma de fogo em abordagem policial da Seic, em 23 de janeiro deste ano, no mesmo lugar. Naquela ocasião, a mulher dele, Liliane Silva Vilas Boas, 26, também foi baleada e morreu. O criminoso foi capturado na manhã de ontem (12), por volta das 10h30.

No dia 27 de janeiro deste ano, a prisão preventiva – por tentativa de homicídio e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito – de "Márcio Patrão" foi convertida em prisão domiciliar, pelo próprio juiz Gilberto de Moura Lima. A autuação pelo segundo crime descrito aconteceu em função de o suspeito ter utilizado uma pistola ponto 40 para atirar contra os agentes da Seic, conforme os próprios investigadores relataram. Três dias depois, ele recebeu alta do Hospital Municipal Clementino Moura, o Socorrão 2; quando passou a se recuperar dos tiros que levou dos policiais da Seic no interior de sua Toyota Hilux preta, de placa OJE-0711.

DIVULGAÇÃO

APÓS SER PRESO, "Márcio Patrão" foi conduzido para a sede da Seic

Quando ocorreu o tiroteio no BF, ele estava na companhia de sua mulher, Liliane Silva Vilas Boas; do seu filho adolescente, e do seu funcionário Ernildo Soares da Silva, 24. Os investigadores da Seic alegaram que atiraram porque "Márcio Patrão" havia desferido disparos contra os policiais. Desde então, o criminoso ficou internado no Socorrão 2. O titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri, por este motivo, converteu a prisão preventiva em prisão domiciliar. Ainda na tarde de ontem ele foi transferido para o Centro de Triagem, no complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Por motivos de "garantia da ordem pública", o referido juiz revogou a prisão domiciliar, uma vez que "Márcio Patrão" já estava em bom estado de saúde (ele foi baleado no pescoço, abdômen e braço esquerdo). Só que o mandado de prisão preventiva se refere apenas ao crime de tentativa de homicídio, conforme consta do documento.

MEMBRO DE QUADRILHA INTERNACIONAL – Respondendo às alegações do advogado de "Carga Torta", Frederico Carneiro, o delegado Augusto Barros, superintendente da Seic, disse que o criminoso faz parte de uma quadrilha de alcance internacional, na qual o principal "investimento" é o tráfico de drogas. Barros noticiou o fato em depoimento a uma emissora de rádio local, afirmando que o "grupo" é "bastante forte". O superintendente da Seic, também, presumiu que o bando integrado pelo suspeito está sendo investigado por aproximadamente dez homicídios na capital maranhense; todos decorrentes da disputa relacionadas a entorpecentes.

PRISÃO DE OUTROS MEMBROS – Na madrugada de terça-feira (11), o funcionário de "Márcio Patrão", Ernildo Soares da Silva, 24, foi preso, no Conjunto do Maiobão, transportando 4 kg de crack em uma motocicleta. A droga, segundo os investigadores da Polinter – responsáveis pela prisão –, foi entregue a ele por Anailde Arcângela Carvalho Dutra, diretamente do Bairro de Fátima, "local de trabalho" de "Carga Torta". Ela foi encaminhada à sede da Polinter, mas foi liberada, em seguida. O marido dela, Ednaldo Martins, permanece encarcerado no Complexo de Pedrinhas. Informações policiais dão conta de que ele [Ednaldo] é um dos líderes da quadrilha, junto com Márcio de Jesus Mendes.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Débitos de IPTU são negociados nos Centros de Conciliação do TJMA

O Centro de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão, localizado no Fórum de São Luís (Calhau), realizou nesta semana a primeira audiência de conciliação para pagamento de débito de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

A iniciativa, segundo o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, é uma forma de acelerar a resolução de questões que poderiam gerar mais ações judiciais.

"O Município de São Luís propôs essa parceria com os centros levando em conta que tramitam atualmente nas três varas da Fazenda Pública exclusivas de execução fiscal cerca de 20 mil processos referentes ao município, sendo que aproximadamente 80% desse total são relativos a IPTU", justifica o coordenador.

Para o procurador fiscal Fernando Rocha Santos, que participou da audiência, a iniciativa é muito importante, pois o acordo tanto diminui as demandas da Procuradoria quanto do Judiciário.

"A cultura de pacificação traduz os objetivos do centro judiciário de solução de conflitos, que é solucionar promover a conciliação entre as partes", frisou o conciliador José Alexandrino Saraiva Filho.

Audiência – O vigilante Maurício Fonseca dos Santos foi o primeiro a negociar a sua dívida de IPTU, nesta segunda-feira (10). Ele disse ter ido à Procuradoria do Município para fazer o pagamento do débito de IPTU, que totalizava R$ 1.397,00.

"No local, fui informado sobre a possibilidade de acordo junto a um centro de conciliação. Em outubro do ano passado, procurei o centro, que convocou o município para esta audiência, e hoje nós saímos daqui satisfeitos", relatou.

Além do juiz Alexandre Abreu, promoveram a conciliação o procurador fiscal do município de São Luís, Fernando Rocha Santos Ramos, e o conciliador José Alexandrino Saraiva Filho.

Em São Luís, os centros de conciliação funcionam no Fórum Desembargador Sarney Costa (Avenida Carlos Cunha – Calhau), na rua do Egito (Centro, em frente ao Procon), nas Faculdades Ceuma I e II (Renascença e Cohama) e Facam (Bequimão). Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (98) 3194-5676.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mutirão Carcerário do Maranhão já analisou quase 700 processos

Um total de 671 processos analisados e centenas de diligência realizadas: este é o saldo, até esta terça-feira (11), do Mutirão Carcerário Processual que está sendo realizado no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís.

Os trabalhos começaram em 15 de janeiro, e foram oficializados com a publicação da Resolução Conjunta 01/2014, que criou a comissão de gestão no âmbito do sistema prisional do estado. A previsão é que as atividades prossigam até o mês de abril.

Deste total de processos analisados, 61 tiveram a liberdade decretada e em 159 foram mantidas as prisões. Nos demais foram tomadas outras medidas cabíveis, como a manutenção da prisão. Além da análise da situação processual, o mutirão também tem como escopo verificar a expedição de guias de recolhimento para execução, diagnosticar as rotinas cartorárias das varas criminais e possíveis excessos de prazos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Excedentes I

Um grupo de excedentes do concurso do Tribunal de Justiça do Maranhão realizado em 2011 fez protestou, ontem, em frente à entrada da Assembleia Legislativa, para reivindicar nomeação.

Em conversa com os manifestantes, o deputado Bira do Pindaré foi informado de que o TJ-MA alega falta de orçamento para não nomear os excedentes.

O parlamentar entende que se o entrave for realmente a falta de orçamento, o Governo do Estado precisa garantir o orçamento necessário ao TJ-MA, a fim de assegurar a nomeação dos concursados.

Excedentes II

Os excedentes do concurso do TJ-MA aproveitaram para denunciar a grande quantidade de terceirizados que trabalha no Tribunal de Justiça e é requisitada de outros órgãos, principalmente de prefeituras.

"Eu quero me somar a esta luta e espero que outros colegas parlamentares também possam reforçar dentro de um clima de diálogo com o Tribunal de Justiça e, sobretudo, com o governo do Maranhão", defendeu o deputado Bira do Pindaré durante reunião com a comitiva.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Assembleia aprova criação do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados

O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, ontem, Projeto de Lei Complementar do Poder Judiciário que cria o Fundo Especial de Segurança dos Magistrados do Maranhão (Funseg-JE), vinculado ao Tribunal de Justiça.

O projeto, encaminhado à Assembleia na gestão Guerreiro Júnior, tem por objetivo suprir, implementar, captar, controlar e aplicar recursos financeiros destinados à implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados e à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados.

Os recursos do Funseg-JE deverão ser aplicados na construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual, visando proporcionar adequada segurança física e patrimonial aos magistrados; manutenção dos serviços de segurança; formação, aperfeiçoamento e especialização dos serviços de segurança dos magistrados; aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especiais imprescindíveis à segurança dos magistrados, preferencialmente com competência criminal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Vara de Combate à Violência Contra a Mulher da capital divulga pesquisa

A Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da capital divulgou uma pesquisa institucional referente aos casos denunciados na unidade judicial, nos anos de 2012 e 2013. Os números foram apresentados pelo juiz titular da vara, Nelson Melo de Moraes Rêgo e pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, durante uma entrevista coletiva concedida na sede da Corregedoria da Justiça, ontem (12). A exposição dos dados da pesquisa, que ocorreu no gabinete da corregedora, contou com o auxílio da equipe multidisciplinar da vara.

De acordo com o relatório, a coleta das informações foi realizada após consulta a 435 processos de medidas protetivas de urgência, entre ativos e arquivados, referentes aos anos de 2012 e 2013. A equipe multidisciplinar da vara, que organizou os dados, buscou equilibrar a seleção dos processos de acordo com a distribuição nos meses de junho e julho de cada ano, de maneira a contemplar os dois semestres de cada exercício.

"É uma pesquisa que traz todos os dados sobre o homem que comete a violência, o agressor, e também informações sobre a mulher que sofre a violência. E não estamos apenas falando da violência física, pois existem outras formas de agredir, como a violência psicológica, com palavras e atitudes que remetem à mulher uma sensação de inferioridade, afetando a autoestima e fazendo-a parecer incapaz", afirmou Nelson Moraes Rego, destacando que a mulher já não demora mais tanto tempo para denunciar o agressor.

De acordo com os dados coletados, a faixa etária predominante entre as mulheres atendidas varia de 26 a 34 anos de idade, respectivamente 41% e 39%. A segunda faixa etária com maior representação é a de 35 a 43 anos, com respectivos 20% e 28%; seguida das mulheres mais jovens, com idades entre 18 a 25 anos, representando 23% e 18%.

Analisando-se ano a ano, percebe-se que na faixa etária com maior representatividade a diferença percentual foi de apenas 2%, enquanto que na segunda e terceira faixas etárias predominantes, essa diferença aumenta para 8% e 5%, respectivamente. Destaca-se a vantagem de pontos percentuais, em todas as faixas, para o ano de 2012.

A pesquisa revelou que, sobre a profissão da mulher agredida, 17% das requerentes afirmaram ser donas de casa, 13% se declararam empregadas domésticas e 3% se consideram autônomas, em 2012. No ano seguinte, a situação se repete, pois 23% das mulheres que denunciaram a violência familiar informam ser donas de casa, seguidas das empregadas domésticas com 15% e das autônomas com 2%. Com a preponderância das donas de casa na situação ocupacional pode-se inferir que a dependência socioeconômica da requerente dificulta a ruptura do ciclo da violência de gênero.

SOBRE O AGRESSOR – Dentre os homens autores de violência, as faixas etárias com maior incidência em 2012 foram de 26 a 34 anos, 35 a 43 anos e 18 a 25, com seus respectivos percentuais de 28%, 23% e 15%. No tocante às estatísticas de 2013, ressalta-se o aumento no percentual de agressores em quase todas as faixas etárias pesquisadas, sendo que apenas na faixa de 18 a 25 anos houve redução ao se comparar com 2012.

Em relação aos dados estatísticos de 2012, o relatório identificou significativo percentual quanto à ingestão abusiva de bebida alcoólica (36%), assim como, quanto ao uso de narcóticos (24%). Em 2013, verificou-se redução de 9% no registro de informação sobre uso de álcool (27 %), bem como sobre uso de drogas (15%). Nesse tópico, ao comparar os gráficos, pode-se observar que a porcentagem de processos sem informação ainda é muito elevada, embora a ingestão de álcool e substâncias psicoativas sejam elementos referenciados pelas mulheres atendidas na Vara da Mulher de São Luís como influenciadores/estimuladores e intensificadores da violência

Sobre os bairros com maior incidência da violência, Turu e Coroadinho, com 8% cada; seguidos de Anjo da Guarda com 7% e Maracanã com 3% são os mais recorrentes quanto ao local de moradia para os requeridos, em 2012. Porém, no exercício 2013, os bairros citados, pelos homens, com maior frequência são Anjo da Guarda, Coroadinho e Turu empatados no primeiro lugar com 4% cada um; seguidos por Maracanã no segundo lugar com apenas 2%.

Segundo a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, o relatório apresentado pela Vara da Mulher é uma importante ferramenta para o Judiciário, pois aponta, de certa forma, o foco do trabalho preventivo a ser realizado nas comunidades, como palestras e projetos sociais.

"Um desses importantes projetos aplicados pela Justiça é o 'Maria Vai à Escola', que percorre escolas dos bairros de São Luís levando palestras e exposições sobre assuntos como a Lei Maria da Penha. Isso porque a pesquisa traz até o percentual de incidência da violência doméstica nos bairros de São Luís", disse Nelma Sarney na entrevista, destacando o trabalho realizado pela Vara da Mulher e pela Coordenadoria Especial da Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação